



APROV/CPR/BENS/025/2024

CONVITE

**Fornecimento de Electricidade - Baixa Tensão Especial
(BTE) e Média Tensão (MT)**

ENTRONCAMENTO
Assinado por: JORGE MANUEL ALVES DE FARIA
Num. de Identificação: 04854928A
Data: 2024.12.11 11:45:23+00'00'

1. Identificação do Procedimento

O presente procedimento tem a designação de Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações Alimentadas em Baixa Tensão Especial (BTE) e Média Tensão (MT) do Município do Entroncamento, de acordo com o caderno de encargos.

2. Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante, é o Município de Entroncamento, NIPC 501120149, sedado no Edifício dos Paços do Município, no Largo José Duarte Coelho 2330-078 Entroncamento, telefone n.º 249 720 400, fax n.º 249 726 341, correio eletrónico contratacao publica@cm-entroncamento.pt

3. Órgão que Tomou Decisão de Contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento, decisão tomada ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, conjugada com a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º D.L.197/99 de 8 de junho, aplicável por força do disposto na Resolução n.º 86/2011 de 11 de abril.

4. Tipo de Procedimento

O procedimento é efetuado por consulta prévia nos termos da alínea c) do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 janeiro, na sua redação atualizada, adiante designado por CCP.

5. Esclarecimentos e Consulta do Processo

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, bem como, a pronúncia sobre erros e omissões identificados pelos interessados, são da competência da Divisão de Administração e Finanças.

6. Documentos que Constituem as Propostas

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos (referidos nas alíneas a) e b) do artigo 57.º do CCP):

- Declaração do concorrente, assinada por si ou seu representante, de aceitação do conteúdo do caderno encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo I** ao presente convite;
- Documento de Proposta de preço, elaborada em conformidade com o **anexo II** a este convite
- Declaração de compromisso de honra conforme **anexo IV**.

2. Nas propostas os concorrentes devem indicar os seguintes elementos:

- a) Preço total da proposta e respetivas condições de pagamento;

- b) Nas propostas os concorrentes podem especificar aspetos que considerem relevantes para avaliação das mesmas.
3. O preço, que não deve incluir o IVA, é indicado em algarismos e, preferencialmente, por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, o expresso por extenso.
4. No caso de existirem divergência entre o preço indicado por extenso e o descrito por algarismos prevalecerá o indicado no artigo 60.º do CCP.
5. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

7. Prazo e Modo de Apresentação e Entrega das Propostas

Os documentos que integrem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 62.º do CCP.

A proposta deve ser entregue de forma eletrónica, através da plataforma **AcinGov até às 15h do dia 16/12/2024.**

8. Caução

Não é exigível caução para o procedimento em causa, de harmonia com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP. Também não se prevê a retenção do valor dos pagamentos conforme admissível pelo n.º 3 do referido artigo.

9. Critério de Adjudicação

1. A O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, segundo a modalidade Monofator, determinada de acordo com a avaliação do preço ou custo apresentado (alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP).
2. Para efeitos de avaliação do fator preço, os preços de energia ativa (€/kWh) são propostos de acordo com o seu perfil de consumo constante do anexo II designadamente em função dos circuitos de utilização (e.g. Iluminação pública), das potências contratadas, do tipo de tarifa de energia ativa, termo fixo, utilização de potência de ponta, frequência de utilização

10. Documentos de Habilitação a Entregar por parte do Adjudicatário

1. O adjudicatário deverá entregar no prazo de 5 dias úteis após notificação de adjudicação, os seguintes documentos:
- a) Declaração prevista na alínea a do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante **no anexo III** do presente convite e do qual faz parte integrante
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) d) e) e h) do artigo 55.º do CCP:
- i) Comprovativo de situação regularizada perante o fisco e a segurança social;(alínea d) e e));

ii) Registo criminal do(s) representante(s) e pessoa coletiva.

2. O adjudicatário tem um prazo suplementar de 3 dias para suprimento de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação entregues.

11. Prazo de Manutenção das Propostas: 66 dias.

12. Proposta Condicionada e com Variantes

Não é admitida a apresentação de propostas condicionadas ou que envolvam alterações ou variantes das cláusulas do Caderno de Encargos.

Junta: Caderno de Encargos

Anexo I – Modelo da declaração do concorrente de aceitação do conteúdo das cláusulas técnicas

Anexo II – Modelo da declaração relativa à proposta do preço global da aquisição de bens

Anexo III – Modelo declaração al. a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP

Anexo IV - Modelo da declaração inexistência de impedimentos

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável a alínea a) do ponto 1 do n.º 6 do convite]

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a)
 - b)
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local),..... (data),..... [assinatura (4)].

1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas. (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

MINUTA DA PROPOSTA

[A que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º]

_____ (indicar firma e sede, ou nome, estado civil, profissão, e morada), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Procedimento, para que se refere o convite datado de _____ (data), obriga-se a executar –lo integralmente, em conformidade com o Caderno de Encargos e pelo preço composto pelas seguintes parcelas para a componente de Energia Ativa:

– BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE)

Tipo	Descrição	Preço Proposto
Energia Ativa (€/kWh)	Ponta	
	Cheias	
	Vazio Normal	
	Super Vazio	

Nota: Os preços apresentados não incluem a componente de acesso às redes

– MÉDIA TENSÃO (MT)

Tipo	Descrição	Preço Proposto
Energia Ativa (€/kWh)	Ponta	
	Cheias	
	Vazio Normal	
	Super Vazio	

Nota: Os preços apresentados não incluem a componente de acesso às redes

O Preço Contratual do contrato para os 6 **meses** é de _____ (em algarismos e por extenso), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, constituindo este elemento o atributo da sua proposta para os efeitos do disposto na al. b) do artigo. 57.º do Código dos Contratos Públicos.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao qual se achar prescrito na Legislação Portuguesa em vigor.

Data.....

Assinatura.....

ANEXO III

(a que se a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
2. O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo IV - Declaração de Compromisso de Honra - Inexistência de Impedimentos –

(cumprimento do n.º 6 do artigo 113.º e do n.º 2 do artigo 114.º do CCP)

(identificação) _____ na qualidade de concorrente à prestação de serviços no âmbito do procedimento _____, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada não se encontra em situação de incumprimento do n.º 6 do artigo 113.º e do n.º 2 do artigo 114.º do CCP.

- ✓ Para a verificação do n.º 2 artigo 114.º do CCP, junta-se a Certidão Permanente.
- ✓ Para a verificação do n.º 6 do artigo 113.º do CCP declara – se que no ano económico em curso e nos 2 últimos anteriores as seguintes entidades relacionadas com a ora declarante¹ celebraram contratos com o Município do Entroncamento:

NIF	DESIGNAÇÃO

Mais declaro que tenho conhecimento que constitui contraordenação muito grave a minha participação se me encontrar em alguma das situações previstas no n.º 6 do artigo 113.º ou no n.º 2 do artigo 114.º no momento da apresentação da minha candidatura ou proposta, da adjudicação ou da celebração do contrato bem como a prestação de falsas declarações (Artigo 456.º do CCP).

O declarante (com poderes para o ato)

¹ consideram-se como entidades relacionadas *as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo.*